

***Rodovias Integradas do
Oeste S.A.
(Companhia fechada)***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9 - 10
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16 - 48

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 85 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A operação das rodovias oferece conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 869 mil habitantes.

A CCR SPVias desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2015

Destaques financeiros

- Emissão de debêntures de infraestrutura de R\$ 190.000 com remuneração de IPC-A + 6,38% a.a.
- Distribuição de Dividendos de R\$ 273.570.
- No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.107, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2015 foram constatadas 55 mortes, ou seja, uma redução de 49% no número de mortes.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Alexandre Spadafora. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Gardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2015, foram investidos R\$ 157 mil na capacitação de programas de capacitação para 687 colaboradores.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A CCR SPVias acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2015	2014	Var. %
Receita líquida	591.273	714.927	-17%
Receita de pedágio	591.955	559.066	6%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	47.863	201.337	-76%
Outras receitas	3.159	3.285	-4%
(-) Deduções da receita bruta	51.704	48.761	6%
(-) Custos e despesas (a)	333.783	454.686	-27%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	47.863	201.337	-76%
Demais custos e despesas	285.920	253.349	13%
(-) Resultado Financeiro líquido	184.081	127.693	44%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	19.511	43.703	-55%
Lucro líquido	53.898	88.845	-39%
(+) Resultado Financeiro líquido	184.081	127.693	44%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	19.511	43.703	-55%
EBIT (b)	257.490	260.241	-1%
Margem EBIT	43,55%	36,40%	7,15 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	47,38%	50,67%	-3,29 p.p.
(+) Depreciação/amortização	107.537	87.060	24%
EBITDA (b)	365.027	347.301	5%
Margem EBITDA	61,74%	48,58%	13,16 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	33.019	28.439	16%
EBITDA ajustado	398.046	375.740	6%
Margem EBITDA ajustada (e)	73,25%	73,16%	0,09 p.p.
Dívida bruta	1.547.789	1.369.071	13%
Investimentos	48.342	212.654	-77%
Veículos equivalentes (em milhares)	66.528	64.682	2,85%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2015 R\$ 591.955 (+ 5,88% sobre 2014) e representou 99,46% do total da Receita (sem Receita de Construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 4,10%, pois quando se trata de veículos equivalentes obtivemos um decréscimo de -0,23% em comparação a 2014, reflexo do cenário do país, queda de consumo, renda e de produção industrial e aumento da taxa de desemprego.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 13% em relação a 2014, perfazendo R\$ 285.920 no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

Os custos de construção atingiram R\$ 47.863. Uma redução de 76% em relação a 2014 em decorrência da conclusão das Obras da SP-270 – Raposo Tavares.

- A provisão de manutenção atingiu R\$ 33.019 e apresentou um aumento de 16% em 2015, em relação ao ano de 2014. Durante o exercício de 2015, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção.
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 107.537 no ano de 2015. O crescimento de 24% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O custo de outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 9.639. O aumento de 5% deve-se ao comportamento da receita.
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 71.818 no ano de 2015, uma redução de 2%, devido a encerramento do contrato com empresa terceirizada referente aos serviços de conservação de rotina.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 39.020 no ano de 2015, registrando um aumento de 6% quando comparado com o ano de 2014. Esse aumento deve-se, principalmente, ao dissídio de 7%, ocorrido em março de 2015.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 31% e atingiram R\$ 24.887, no ano de 2015. O aumento foi devido aos reajustes de preço de mercado de energia elétrica e combustíveis, assim como a compra de materiais de sinalização viária para adequação da ABNT e campanhas e eventos de comunicação.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2015 o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 184.081, um aumento de 44%, quando comparado com o ano de 2014 (R\$ 127.693), aumento este devido principalmente à emissão de debêntures e variação do CDI.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 53.898, atingindo uma redução de 39,33% quando comparado ao ano anterior.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2015 a dívida bruta alcançou R\$ 1.547.789 em comparação a R\$ 1.369.071 em 2014.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 16,4%.

O crescimento da dívida ocorreu devido a emissão de debêntures de infraestrutura de R\$ 190.000, para financiamento de obras.

3.2.6 Investimentos

A CCR SPVias investiu cerca de R\$ 96.459 em 2015, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-270 - Rodovia Raposo Tavares

- Implantação de passagem superior Bairro Tatetu – SP-270 – Alambari km 146+940; e
- Implantação de 88 *Call Box*.

SP-258 - Rodovia Francisco Alves Negrão

- Faixas adicionais – Taquarivaí (km 269 + 148 ao 270 + 440 - Oeste), Itapeva (km 270 + 050 ao 271 + 300 – Leste e km 276 + 305 ao 278 + 435 – Oeste). Finalização do Programa de Recuperação de Pavimento 3ª intervenção – 119,87 quilômetros de pista no trecho compreendido entre o km 222,8 (Capão Bonito) e o km 342,67 (Itararé).

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol

- Implantação de 24 *Call Box*.

SP-255 - Rodovia João Mellão

- Faixa adicional – Avaré (Km 274 + 162 ao 274 + 900 – Norte e km 281 + 240 ao 282 + 167 – Sul).

4. Sustentabilidade

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, O Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração do Grupo CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A estratégia do Grupo CCR em 2015 está voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos dois anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

Seguindo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo CCR elabora seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1 Desempenho social

4.1.1 Capital social e de relacionamento - *Stakeholders*

No que diz respeito a Capital Social a CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária, a Companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento. Em 2015 foram beneficiadas mais de 510 mil pessoas ao longo dos 26 municípios limítrofes. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2015, temos:

- **Programa estrada para cidadania** – O Programa estrada para a cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º anos das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2015, o programa na CCR SPVias atendeu 22.700 alunos e 1.300 professores em 25 dos municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.
- **Estrada para a saúde** – O Programa estrada para a saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas onze campanhas ao longo do ano.
- **Projeto Guri** - Com mais de 35 mil alunos distribuídos por todo o Estado de São Paulo, o Projeto Guri, oferece, desde 1995, nos períodos de contra turno escolar, cursos de iniciação e teoria musical, coral e instrumentos de cordas, madeiras, sopro e percussão, promovendo a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Na CCR SPVias, em 2015, o Projeto Guri foi realizado em Taquarivaí e Itatinga, visando trabalhar os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas até composições eruditas.

Na busca da mitigação de riscos nas rodovias, a Companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tal como a Campanha Viagem Segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno, tais como neblinas, queimadas e etc.).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR SPVias e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

4.1.2 Capital humano e intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2015 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Formação de Profissionais (Trainee), Programa de Inclusão e Desenvolvimento de pessoas com Deficiência, Projeto Conhecer, Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), que pretende conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além disso, são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da visão, valores e crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Desempenho ambiental

4.2.1 Capital natural

A fim de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências, são exemplos destas ações.

Dando continuidade ao projeto de redução do consumo de energia elétrica, iniciado em 2014, foram substituídas, na sede da CCR SPVias, as antigas lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas a LED. Resultando em um menor consumo de energia a longo prazo.

No ano de 2015 foram instalados em quatro pontos de travessia de pedestres, equipamentos de solução de iluminação a LED de alta eficiência, com poste solar autônomo, movido a energia solar. Essa implantação visa dar mais segurança com baixo custo aos usuários que utilizam as rodovias sob concessão da CCR SPVias.

Alinhados com os objetivos da nova política nacional de resíduos sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2015, às cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 2.628 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 40% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

4.2.2 Capital manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

Nas rodovias administradas pela CCR SPVias utilizou-se na reconstrução do pavimento a borracha de reciclagem de pneus, além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos veículos pela rodovia, maior aderência aos pneus, proporcionando mais conforto e segurança aos usuários, principalmente em períodos chuvosos.

4.3 Prêmios e reconhecimento

- Pesquisa Guia Quatro Rodas 2015 – SP-280 e SP-255 - 5º Lugar.

- Todas as rodovias administradas pela CCR SPVias foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2015, são elas: SP-280 e SP-255 - 5º Lugar | SP-258 - 17º Lugar | SP-127 - 20º Lugar e SP-270 - 35º lugar.
- Prémio Concessionária ARTESP – Ano 2014 – Divulgado em 2015. A CCR SPVias foi eleita uma das três melhores concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo		2015	2014	Passivo		2015	2014
Circulante	Nota			Circulante	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	6	72.472	96.196	Financiamentos	13	35.370	35.314
Contas a receber	7	1.444	1.783	Debêntures	14	1.250.463	30.143
Contas a receber - partes relacionadas	10	33.858	34.055	Fornecedores		17.596	33.853
Impostos a recuperar	8	3.599	612	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	591	4.575
Despesas antecipadas e outras		2.421	2.245	Dividendos e JCP a pagar	18	14.541	-
Total do ativo circulante		113.794	134.891	Obrigações sociais e trabalhistas		7.433	7.096
				Impostos e contribuições a recolher	15	7.858	8.867
Não circulante				Obrigações com o poder concedente	22	864	856
Realizável a longo prazo				Provisão de manutenção	17	16.656	14.851
Impostos a recuperar	8	-	105	Contas a pagar com operações de derivativos	21	14.346	-
Conta reserva		111	621	Outras contas a pagar		1.957	1.496
Contas a receber com operações de derivativos	21	14.952	-	Total do passivo não circulante		1.367.675	137.051
Depósitos judiciais e outros		210	136				
		15.273	862	Não circulante			
Imobilizado	11	36.231	43.253	Financiamentos	13	69.462	104.065
				Debêntures	14	185.648	1.199.550
Intangível	12	1.764.441	1.811.616	Provisão de manutenção	17	12.496	20.508
				Passivo fiscal diferido	9b	67.061	65.803
Total do ativo não circulante		1.815.945	1.855.731	Provisão para riscos civeis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	2.457	1.926
				Total do passivo não circulante		337.124	1.391.852
Total do ativo		1.929.739	1.990.622	Patrimônio líquido			
				Capital social	18a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		19.715	256.494
				Total do patrimônio líquido		224.940	461.719
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.929.739	1.990.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	19	591.273	714.927
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(47.863)	(201.337)
Serviços		(59.451)	(60.466)
Custo da outorga		(9.639)	(9.172)
Depreciação e amortização		(106.051)	(86.092)
Custo com pessoal		(29.348)	(28.389)
Provisão de manutenção	17	(33.019)	(28.439)
Materiais, equipamentos e veículos		(6.839)	(5.748)
Outros		(10.126)	(7.493)
		<u>(302.336)</u>	<u>(427.136)</u>
Lucro bruto		<u>288.937</u>	<u>287.791</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(9.672)	(8.372)
Serviços		(12.367)	(12.453)
Materiais, equipamentos e veículos		(571)	(569)
Depreciação e amortização		(1.486)	(968)
Outros		(7.351)	(5.188)
		<u>(31.447)</u>	<u>(27.550)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		257.490	260.241
Resultado financeiro	20	<u>(184.081)</u>	<u>(127.693)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		73.409	132.548
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9a	<u>(19.511)</u>	<u>(43.703)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>53.898</u>	<u>88.845</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	18f	<u>0,26263</u>	<u>0,43291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	53.898	88.845
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>53.898</u></u>	<u><u>88.845</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Especial de dividendos	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2014		205.225	11.391	28.121	128.137	-	372.874
Lucro do exercício		-	-	-	-	88.845	88.845
Destinações:							
Reserva legal		-	4.442	-	-	(4.442)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	21.101	63.302	(84.403)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>205.225</u>	<u>15.833</u>	<u>49.222</u>	<u>191.439</u>	<u>-</u>	<u>461.719</u>
Lucro do exercício		-	-	-	-	53.898	53.898
Destinações:							
Reserva legal	18b	-	2.695	-	-	(2.695)	-
Dividendos pagos em 15 de abril 2015	18d	-	-	(49.222)	(183.506)	-	(232.728)
Dividendos intermediários em 27 de outubro de 2015	18d	-	-	-	-	(38.800)	(38.800)
Dividendos intermediários em 18 de dezembro de 2015	18d	-	-	-	-	(2.042)	(2.042)
Juros sobre capital próprio	18e	-	-	-	(7.000)	(10.107)	(17.107)
Constituição de reserva de lucros	18b	-	-	-	254	(254)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>205.225</u>	<u>18.528</u>	<u>-</u>	<u>1.187</u>	<u>-</u>	<u>224.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	53.898	88.845
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.258	18.029
Depreciação e amortização	53.890	38.313
Baixa do ativo imobilizado	169	137
Amortização do direito da concessão	53.647	48.747
Capitalização de custo de empréstimos	(5.167)	(14.016)
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e derivativos	195.650	140.398
Constituição da provisão de manutenção	33.019	28.439
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.299	6.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	6
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	2.646	825
Juros sobre impostos parcelados	-	46
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option</i>)	(410)	-
	337.005	267.157
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	335	(678)
Contas a receber - partes relacionadas	197	(1.650)
Impostos a recuperar	(2.882)	(566)
Despesas antecipadas e outras	(250)	(453)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(3.818)	3.932
Fornecedores - partes relacionadas	(3.984)	(484)
Obrigações sociais e trabalhistas	337	953
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	22.118	25.898
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(23.127)	(26.336)
Obrigações com o poder concedente	8	72
Realização da provisão de manutenção	(41.525)	(71.770)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(2.115)	(619)
Outras contas a pagar	461	(7.799)
	336.658	276.502
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	336.658	276.502
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.859)	(11.126)
Adições ao ativo intangível	(52.922)	(192.270)
	(60.781)	(203.396)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(60.781)	(203.396)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	510	(32)
Financiamentos, debêntures e derivativos		
Captações	187.735	122.219
Pagamento de principal	(34.879)	(14.685)
Pagamento de juros	(172.173)	(133.461)
Liquidação de operações com derivativos	(4.658)	-
Dividendos pagos a acionistas controladores	(276.136)	-
	(299.601)	(25.959)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(299.601)	(25.959)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(23.724)	47.147
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	96.196	49.049
No final do exercício	72.472	96.196
	(23.724)	47.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a SPVias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A SPVias ajuizou, perante a 14ª Vara da Fazenda Pública, a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06. Esta ação encontra-se em fase de instrução.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A SPVias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019926-51.2013.8.26.0053, que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014 foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014 o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Aguarda-se o julgamento de ambos os recursos.

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela SPVias, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela SPVias foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015 o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

iii. Reajustes de tarifas de pedágio – Concessões do Estado de São Paulo

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Concessionária é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 9b Impostos diferidos
- 11 Depreciação dos ativos imobilizados
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Provisão de manutenção
- 21 Instrumentos financeiros

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos	35.370	34.978	32.137	-	2.347
Debêntures (a)	1.251.358	-	-	187.136	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 1.254.181, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	3.373	2.779
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>69.099</u>	<u>93.417</u>
	<u>72.472</u>	<u>96.196</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pedágio eletrônico - outros (a)	1.438	1.771
Receitas acessórias (b)	<u>16</u>	<u>18</u>
	1.454	1.789
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	<u>(10)</u>	<u>(6)</u>
	<u>1.444</u>	<u>1.783</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos a vencer	1.430	1.220
Créditos vencidos até 60 dias	14	563
Créditos vencidos há mais de 361 dias	<u>10</u>	<u>6</u>
	<u>1.454</u>	<u>1.789</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	3.165	223
IRRF	139	387
ISS de pedágio	-	2
Outros	<u>295</u>	<u>-</u>
	<u>3.599</u>	<u>612</u>
Não Circulante		
IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>105</u>
	<u>-</u>	<u>105</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	73.409	132.548
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(24.959)	(45.066)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	816	1.194
Despesas indedutíveis	(277)	(463)
Despesas com brindes e associações de classe	(120)	(126)
Outros ajustes tributários	(500)	717
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(287)	41
Juros sobre capital próprio	5.816	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(19.511)</u>	<u>(43.703)</u>
Impostos correntes	(18.253)	(25.674)
Impostos diferidos	(1.258)	(18.029)
	<u>(19.511)</u>	<u>(43.703)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>26,58%</u>	<u>32,97%</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	1.510
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	56.249	62.309
Valor justo de operações com derivativos	5.892	-
Perdas de operações com derivativos	387	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	835	654
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	3	2
Provisão para participação nos resultados (PLR)	706	775
Outros	1.350	688
	<u>65.422</u>	<u>65.938</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(121.263)	(129.183)
Valor justo de operações de derivativos	(5.565)	-
Ganhos de operações com derivativos	(2.437)	-
Amortização custo de transação	(657)	-
Outros	(2.561)	(2.558)
	<u>(132.483)</u>	<u>(131.741)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(67.061)</u>	<u>(65.803)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações	Saldos	
		Ativo	Passivo
	Serviços prestados	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR (a)	1.897	-	170
Outras partes relacionadas			
CORI (b)	45.271	-	-
CGMP (c)	-	33.851	-
ViaOeste (d)	-	6	-
Samm (d)	-	-	15
CPC (d) (e)	5.196	1	406
Total circulante, 31 de dezembro de 2015		33.858	591
Total, 31 de dezembro de 2015	52.364	33.858	591
Total, 31 de dezembro de 2014	57.241	34.055	4.575

Despesas com profissionais chave da administração

	2015	2014 (Reapresentado) (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.545	1.842
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	658	724
Complemento de PPR pago no ano	488	(584)
Previdência privada	68	111
Seguro de vida	4	6
	2.763	2.099

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados a seguir:

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2015	2014 (Reapresentado) (*)
Remuneração de administradores (f)	829	875

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.900, a qual não inclui os encargos sociais.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia pelo Consórcio CORI, conforme aditivo, o prazo de vigência foi até 22 de outubro de 2015;
- (c) Referem-se às receitas de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.417	-	(51)	70	2.436
Máquinas e equipamentos	19.111	-	(657)	234	18.688
Veículos	10.550	-	(857)	2.140	11.833
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Equipamentos operacionais	26.996	-	(540)	4.831	31.287
Imobilizado em andamento	14.936	8.847	-	(17.095)	6.688
	<u>74.623</u>	<u>8.847</u>	<u>(2.105)</u>	<u>(9.820)</u>	<u>71.545</u>
	2013		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.331	2	(34)	118	2.417
Máquinas e equipamentos	16.178	-	(115)	3.048	19.111
Veículos	8.527	-	(832)	2.855	10.550
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Equipamentos operacionais	18.563	-	(229)	8.662	26.996
Imobilizado em andamento	18.924	12.446	-	(16.434)	14.936
	<u>65.136</u>	<u>12.448</u>	<u>(1.210)</u>	<u>(1.751)</u>	<u>74.623</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 988 em 2015 (R\$ 1.322 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 11,30% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 9,82% a.a. em 2014.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.562)	(149)	39	-	(1.672)
Máquinas e equipamentos	13	(10.103)	(2.022)	621	1.305	(10.199)
Veículos	23	(6.260)	(1.522)	752	-	(7.030)
Instalações e edificações	9	(391)	(56)	-	-	(447)
Equipamentos operacionais	12	(13.054)	(2.123)	524	(1.313)	(15.966)
		<u>(31.370)</u>	<u>(5.872)</u>	<u>1.936</u>	<u>(8)</u>	<u>(35.314)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2014	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.445)	(147)	30	(1.562)
Máquinas e equipamentos	13	(8.372)	(1.830)	99	(10.103)
Veículos	23	(5.881)	(1.096)	717	(6.260)
Instalações e edificações	9	(335)	(56)	-	(391)
Equipamentos operacionais	12	(11.478)	(1.803)	227	(13.054)
		<u>(27.511)</u>	<u>(4.932)</u>	<u>1.073</u>	<u>(31.370)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	1.014.330	44.662	-	8.266	1.067.258
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.905	-	(2)	1.554	7.457
	<u>2.158.489</u>	<u>44.662</u>	<u>(2)</u>	<u>9.820</u>	<u>2.212.969</u>

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	800.108	214.222	-	1.014.330
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.154	-	1.751	5.905
	<u>1.942.516</u>	<u>214.222</u>	<u>1.751</u>	<u>2.158.489</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.179 em 2015 (R\$ 12.694 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 11,30% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 9,82% a.a. em 2014.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	(*)	(168.696)	(53.647)	-	-	(222.343)
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(174.278)	(47.203)	-	8	(221.473)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(3.899)	(815)	2	-	(4.712)
		<u>(346.873)</u>	<u>(101.665)</u>	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>(448.528)</u>

	Taxa anual de amortização %	2013	2014	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direito da concessão	(*)	(119.949)	(48.747)	(168.696)
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(141.474)	(32.804)	(174.278)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(3.322)	(577)	(3.899)
		<u>(264.745)</u>	<u>(82.128)</u>	<u>(346.873)</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

13. Financiamentos

Instituições Financeiras	Taxas Contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	2015	2014
Em moeda nacional					
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	<u>104.832</u>	<u>139.379</u> (a)
Total Geral				<u>104.832</u>	<u>139.379</u>
Circulante					
Financiamentos				<u>35.370</u>	<u>35.314</u>
Não Circulante					
Financiamentos				<u>69.462</u>	<u>104.065</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

(a) Fiança corporativa/aval do acionista controlador.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2015</u>
2017	34.978
2018	32.137
2019	<u>2.347</u>
	<u><u>69.462</u></u>

Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B.

O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

O subcrédito B foi liberado, totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes nominais de R\$ 60.000, R\$ 55.000 e R\$ 6.930 (R\$ 7.219 na data do recebimento), respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

14. Debêntures

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014
1. 2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (b)	1.284	189	Julho de 2016	429.144	422.922 (c)
2. 3a Emissão - Série única	105% do CDI	0,0787% (b)	1.884	262	Mai de 2016	809.495	806.771 (c)
3. 4a Emissão - Série única (a)	IPCA + 6,38% a.a.	0,2362% (b)	2.265	<u>1.932</u>	Abril de 2020	<u>197.472</u>	<u>-</u> (c)
Total geral				<u><u>2.383</u></u>		<u><u>1.436.111</u></u>	<u><u>1.229.693</u></u>
						<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante							
Debêntures						1.251.358	31.093
Custos de transação						<u>(895)</u>	<u>(950)</u>
						<u>1.250.463</u>	<u>30.143</u>
Não Circulante							
Debêntures						187.136	1.200.000
Custos de transação						<u>(1.488)</u>	<u>(450)</u>
						<u>185.648</u>	<u>1.199.550</u>

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia:

(c) Fidejussória do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2015</u>
2020	<u>187.136</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 05 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão. A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

Os juros das debêntures são de 109,30% do CDI.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 05 de janeiro de 2013 e 05 de julho de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

2. Em 29 de maio de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures, sendo 80.000 debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 800.000. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança bancária.

Os juros das debêntures são de 105% do CDI.

O valor nominal das debêntures será pago em uma única parcela, em 29 de maio de 2016 e os juros estão sendo pagos semestralmente, de 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios; e
 - Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.
3. Em 15 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 82 do Ministério dos Transportes de 15 de abril de 2015, com valor nominal total de R\$ 190.000 e vencimento em 15 de abril de 2020.

As debêntures têm remuneração de IPCA + 6,38% a.a. e são garantidas por fiança da CCR.

15. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	-	2.540
ISS	2.862	3.711
COFINS	1.646	1.583
Pis, Cofins e CSLL retidos	225	305
INSS retido	161	300
PIS	356	343
IRRF retido	2.608	85
	<u>7.858</u>	<u>8.867</u>

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	271	1.921	(53)	(1.544)	165	760
Trabalhistas e previdenciários	146	108	(96)	(86)	29	101
Tributárias	1.509	-	-	-	87	1.596
	<u>1.926</u>	<u>2.029</u>	<u>(149)</u>	<u>(1.630)</u>	<u>281</u>	<u>2.457</u>
	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	242	208	(42)	(184)	47	271
Trabalhistas e previdenciários	56	126	(41)	-	5	146
Tributárias	1.422	-	-	-	87	1.509
	<u>1.720</u>	<u>334</u>	<u>(83)</u>	<u>(184)</u>	<u>139</u>	<u>1.926</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista nos montantes de R\$ 457 e R\$ 28, respectivamente em 2015 (R\$ 322 e R\$ 113, respectivamente em 2014).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativos	6.769	7.751
Trabalhistas e previdenciários	383	411
Tributários (a)	262.556	234.414
	<u>269.708</u>	<u>242.576</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 263 milhões (Data-Base: 12/2015). Também há intimação para que a Concessionária proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013 a Companhia apresentou sua defesa e, após julgamento, em 04 de setembro de 2014, a Companhia foi notificada da decisão proferida em 1ª Instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da Companhia, tendo havido uma redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Tal decisão é provisória ante a previsão de reapreciação da matéria pelo recurso de ofício e pelo recurso voluntário que a Companhia apresentou, em 03 de outubro de 2014, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O referido Recurso aguarda julgamento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão de manutenção

	2014			2015		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	14.851	18.953	2.134	(41.525)	22.243	16.656
Não circulante	20.508	14.066	165	-	(22.243)	12.496
	<u>35.359</u>	<u>33.019</u>	<u>2.299</u>	<u>(41.525)</u>	<u>-</u>	<u>29.152</u>
	2013			2014		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	55.998	11.580	6.542	(71.770)	12.501	14.851
Não circulante	16.459	16.859	(309)	-	(12.501)	20.508
	<u>72.457</u>	<u>28.439</u>	<u>6.233</u>	<u>(71.770)</u>	<u>-</u>	<u>35.359</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Em 15 de abril de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 232.728, correspondentes a R\$ 1,13 por ação, pagos em 23 de abril de 2015.

Em 27 de outubro de 2015, foi aprovada em Reunião de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 38.800 correspondentes a R\$ 0,1890 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2015, pagos em 28 de outubro de 2015.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de dezembro de 2015, foi aprovada em Reunião de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 2.042 correspondentes a R\$ 0,0099 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2015, pagos em 21 de dezembro de 2015.

e. Juros sobre capital próprio

Em 29 de dezembro de 2015, foi aprovado em ata AGE, o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 17.107 relativos ao lucro do exercício, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	53.898	88.845
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	205.225	205.225
Lucro por ação - básico e diluído	0,26263	0,43291

19. Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de pedágio	591.955	559.066
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	47.863	201.337
Receitas acessórias	3.159	3.285
Receita bruta	<u>642.977</u>	<u>763.688</u>
Impostos sobre receitas	(51.476)	(48.630)
Devoluções e abatimentos	(228)	(131)
Deduções da receita bruta	<u>(51.704)</u>	<u>(48.761)</u>
Receita líquida	<u><u>591.273</u></u>	<u><u>714.927</u></u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(184.016)	(140.398)
Variações monetárias sobre debêntures	(11.634)	-
Perda com operações de derivativos	(12.514)	-
Juros sobre impostos parcelados	-	(46)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.299)	(6.233)
Capitalização de custos dos empréstimos	5.167	14.016
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	(5.953)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.946)	(1.065)
	<u>(213.195)</u>	<u>(133.726)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Ganho com operações de derivativos	8.462	-
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	10.415	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	9.822	5.943
Juros e outras receitas financeiras	415	90
	<u>29.114</u>	<u>6.033</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(184.081)</u>	<u>(127.693)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 248.

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	69.099	-	-	93.417	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	111	-	-	621	-	-
Contas a receber	-	1.444	-	-	1.783	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	33.858	-	-	34.055	-
Contas a receber - operações de derivativos	14.952	-	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(197.472)	-	(1.238.639)	-	-	(1.229.693)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(104.832)	-	-	(139.379)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(19.553)	-	-	(35.349)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(591)	-	-	(4.575)
Contas a pagar - operações de derivativos	(14.346)	-	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(864)	-	-	-
	<u>(127.656)</u>	<u>35.302</u>	<u>(1.364.479)</u>	<u>94.038</u>	<u>35.838</u>	<u>(1.408.996)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.239.090	1.244.007	1.231.093	1.243.969

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras e conta reserva	69.210	94.038
Derivativos	606	-
Debêntures	(197.472)	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valor justo		Valores brutos liquidados		Efeito acumulado				Resultado				
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)		
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (1)	IPCA + 6,38%	192.356	-	199.404	-	(4.658)	-	14.952	-	(14.346)	-	(4.052)	-
Posição passiva				101,00% do CDI	-	-	(198.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015					192.356	-	606	-	(4.658)	-	14.952	-	(14.346)	-	(4.052)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES					606	-	(4.658)	-	14.952	-	(14.346)	-	(4.052)	-	-	-

(1) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Riscos de juros	<u>(4.052)</u>	<u>-</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	429.333	(32.443)	(40.267)	(47.986)
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2016	809.757	(45.875)	(56.818)	(67.571)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Abril de 2020	203.867	(35.725)	(41.458)	(47.191)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Abril de 2020	(203.867)	35.725	41.458	47.191
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2020	197.836	(28.153)	(35.195)	(42.237)
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	104.832	(10.453)	(12.321)	(14.190)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(116.924)	(144.601)	(171.984)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,14%	17,68%	21,21%
IPC-A ⁽³⁾	10,67%	13,34%	16,01%
TJLP ⁽⁴⁾	7,00%	8,75%	10,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável mensal

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota foi de 1,5% da receita de pedágio e de 23,5% das receitas acessórias conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 864 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2014).

No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.631, referente ao direito de outorga variável mensal (R\$ 9.101 no exercício de 2014).

b. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Em 31 de dezembro de 2015, esses compromissos totalizavam R\$ 240.413 (R\$ 250.509 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	12.439	(9.258)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>12.439</u>	<u>(9.258)</u>
Adições ao ativo intangível	(12.439)	9.258
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(12.439)</u>	<u>9.258</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale

Ítalo Roppa

Marcus Rodrigo de Senna

Paulo Yukio Fukuzaki

Presidente do Conselho

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Composição da Diretoria

Jose Salim Kallab Fraiha

Alexandre Spadafora

Diretor Presidente

Diretor de Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3